



Revista Brasileira de História de
Educação

E-ISSN: 2238-0094

rbhe.sbhe@gmail.com

Sociedade Brasileira de História da
Educação
Brasil

Santos Cunha, Maria Teresa

A mão, o cérebro, o coração. Prescrições para a leitura em manuais escolares para o
Curso Normal (1940 – 1960/ Brasil-Portugal)

Revista Brasileira de História de Educação, vol. 13, núm. 3, septiembre-diciembre, 2013,
pp. 285-309

Sociedade Brasileira de História da Educação
Maringá, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=576161040004>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A mão, o cérebro, o coração. Prescrições para a leitura em manuais escolares para o Curso Normal (1940 – 1960/ Brasil-Portugal)

Maria Teresa Santos Cunha*

Resumo:

Os manuais escolares se firmaram, no Brasil e em Portugal, para uso de professores e alunos desde os finais do século XIX e se consolidaram ao longo do século XX como instrumentos/objetos da cultura escolar. Este texto analisa um manual escolar produzido no Brasil em 1955 – *Lições de Pedagogia*, 1º ano, de Aquiles Archêro Júnior –, para uso nas Escolas Normais que, nas prescrições para o ato de ler, dialogou com um manual produzido em Portugal em 1949, com circulação no Brasil — *A arte da leitura*, de Mário Gonçalves Viana. A investigação centra-se nas prescrições para o ensino da leitura na escola e procura ressaltar como os autores integraram conhecimentos que contribuíram para fazer da leitura um saber escolarizado.

Palavras-chave:

Manuais escolares; leitura; cultura escolar; história da educação.

* Doutora em Educação, História e Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP). Professora da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Bolsista Produtividade do CNPq. Grupo de Pesquisa CNPq: Sociedade, Memória, Educação.

The hand, the brain, the heart. Requirements for reading in school manuals for the Normal Course (1940-1960/Brazil-Portugal)

Maria Teresa Santos Cunha

Abstract:

School manuals to be used by teachers and students were established in Portugal and Brazil in the late 19th century and were consolidated throughout the 20th century as instruments/objects of school culture. This text examines a school manual for use at the Normal Schools produced in Brazil in 1955 – *Lições de Pedagogia, 1º ano*, by Aquiles Archêro Júnior –, which, in the requirements for reading, interacted with a manual produced in Portugal in 1949 and used in Brazil – *A arte da leitura*, by Mário Gonçalves Viana. This research focuses on the requirements for the teaching of reading at school and seeks to highlight how authors used knowledge that contributed to make reading a school knowledge.

Keywords:

School manuals; reading; school culture; history of education.

La mano, el cerebro, el corazón. Prescripciones para la lectura en manuales escolares para el Curso Normal (1940 – 1960/ Brasil-Portugal)

Maria Teresa Santos Cunha

Resumen:

Los manuales escolares se afianzaron en Brasil y en Portugal, para uso de profesores y alumnos desde finales del siglo XIX y se consolidaron a lo largo del siglo XX como instrumentos /objetos de la cultura escolar. Este texto analiza un manual escolar producido en Brasil en 1955- *Lecciones de Pedagogía*, 1º año, de Aquiles Archêro Júnior –, para uso en las Escuelas Normales que, en las prescripciones para el acto de leer, dialogó con un manual producido en Portugal en 1949, con circulación en Brasil — *El arte de la lectura*, de Mário Gonçalves Viana. La investigación se centra en las prescripciones para la enseñanza de la lectura y procura resaltar como los autores integraron conocimientos que contribuyeron a hacer de la lectura un saber escolarizado.

Palabras-clave:

Manuales escolares; lectura; cultura escolar; historia de la educación.

Um livro, o quadro negro, o cinema, são instrumentos de ensino. O uso que se faz deles é o que se chama técnica. O instrumento é o objeto em si, a técnica é o uso que se faz da coisa ou do objeto. (ARCHÊRO JÚNIOR, 1955, p. 179)

O processo de institucionalização da escola no Brasil, a partir dos finais do século XIX, acelerou, ao longo da primeira metade do século XX, uma atividade intensa e diversa na produção de uma cultura material escolar (GASPAR DA SILVA; PETRY, 2011) por meio de materiais pedagógicos destinados especificamente ao ensino e aos professores, como cadernos e materiais de escrita, mapas, mobiliário escolar, gravuras, coleções e, muito especialmente, manuais escolares, todos considerados objetos que compõem a cultura escolar¹.

Essa dinâmica teve um incremento pela ampliação da educação escolarizada, que contribuiu para o aumento dos níveis de alfabetização, e pela multiplicação dos tipos de impressos, que gradativamente tornaram a escola, no caso brasileiro, o espaço nuclear de transmissão de saberes. Em um contexto de progressiva definição desses saberes a serem ensinados pela escola e da paulatina implantação de métodos para sua consecução, fazia-se necessária também a produção de manuais escolares, e, dessa forma, eles foram progressivamente integrados à vida escolar, seja para facilitar o trabalho de ensino do professor em sala de aula, seja para auxiliar os alunos durante os processos de aprendizagem. Sua presença atesta a vontade de fortificar e de complementar a ação da escola, tanto por sua distribuição, algumas vezes facilitada pelo poder público, como pela ampliação do parque gráfico nacional desde a primeira metade do século XX.

Símbolos pedagógicos, *instrumentos de ensino*, objetos de controle por parte do Estado, desde o século XIX, os manuais escolares, repletos de conhecimentos elaborados no interior do campo da Pedagogia,

1 Entendida aqui como espaço de movimentos no interior da escola, seleção e organização de informações (Valdemarin, 2000) e como complexo simbólico e tecnológico que articula as dimensões. básicas do dizer, do fazer e do agir didático, além das pedagógicas (MAGALHÃES, 2008).

consolidaram-se, a partir dos inícios do século XX, no conjunto de várias especializações da chamada Pedagogia *científica*. Sua produção e circulação e seu uso condicionaram um modo de organização da cultura escolar, seus saberes e suas práticas, ao apresentar formas de conceber e de praticar o ensino (GALVÃO; BATISTA, 2003, p. 166), situação que se tem caracterizado como um campo historiográfico com intensos investimentos de pesquisa, ancorado nos domínios da cultura escolar e dos estudos sobre a manualística² que, inseridos no tempo presente e na abundância de produção escrita sobre o tema, se beneficiam da presença de exemplares em arquivos públicos e pessoais, o que permite ao historiador contemporâneo produzir ele mesmo seu arquivo³, em um movimento analisado por Chartier (1996, p. 216), em que

o historiador do tempo presente por sua capacidade de construir observatórios ajustados às suas preocupações, parece estar em condições de superar entraves que classicamente limitam a investigação histórica [...] ele é contemporâneo de seu objeto e portanto partilha com aqueles cuja história ele narra as mesmas categorias essenciais, as mesmas referências fundamentais.

O movimento de produção e divulgação dos manuais escolares no campo da Pedagogia se deu sob a forma do próprio impresso em suporte papel, mas também por meio de cursos patrocinados pelas editoras e pelo Estado, cuja função era iniciar os discentes da Escola Normal, futuros professores e professoras, na “nova ciência da educação”, isto é, (in)formar e divulgar os valores de um sistema público de educação, reunido, segundo Nóvoa (1994, p. 2.003), mais como “um saber técnico que como um conhecimento fundamental na medida em que se organiza preferentemente em torno dos princípios e estratégias de ensino”. Tal intenção é corroborada na Lição I do manual de Aquilles Archêro Júnior

2 Ver, a esse respeito, os estudos de Agustín Benito Escolano/Universidad de Valladolid, Espanha, disponíveis em: www.ceince.eu (Centro Internacional de Cultura Escolar) e também, especialmente, Escolano (2001, p. 35-46).

3 Agradeço às colegas Vera Lucia Gaspar da Silva (UDESC) e Rosa Fátima de Souza Chaloba (UNESP) a disponibilização de exemplares de manuais escolares de seus arquivos pessoais para viabilizar este estudo.

(1955, p. 2), que alerta, na sua página inicial, que a Escola Normal é o lugar onde se preparam profissionais.

Nessa perspectiva, pode-se considerar que os manuais escolares funcionaram como manuais de profissionalização, que visavam divulgar certos saberes científicos e pedagógicos e fundar práticas profissionais em conformidade com os programas oficiais, a fim de orientar – em sua formação e atuação profissional – os futuros professores e aqueles que já estavam em serviço, em consonância com a proposta oficial vigente em cada momento histórico, cuja apresentação em forma prescritiva tinha como principal função ser útil na vida profissional (TREVISAN; PEREIRA, 2011), fato exaustivamente descrito no manual aqui em análise: “as escolas Normais oferecem cursos de formação técnico-profissional ou técnico-pedagógica que permitem maior eficiência no ensino” (ARCHÊRO JÚNIOR, 1955, p. 2).

De igual maneira, pode-se considerar que a preocupação *técnica* esteja afinada com a emergência, a partir da década de 1940, de uma sociedade em bases urbano-industriais, que coloca em cena aparatos tecnológicos que instigam maior conhecimento das técnicas e da ciência aplicada, em detrimento de conhecimentos meramente ilustrativos ou daqueles chamados das “belas letras”, vigentes na escola dita *tradicional*, mnemônica por excelência.

Assim, revestido de atenção por parte de vários pesquisadores da história da educação, haja vista sua presença na educação escolarizada e seu estatuto de documento problematizado pelos historiadores, é nesse pano de fundo que se insere este trabalho, que pretende analisar a produção e a circulação de um manual escolar – *Lições de Pedagogia*, de Aquiles Archêro Júnior (1955)⁴, com destaque para as funções e as prescrições propostas para o ensino da leitura na Escola Primária. Como ferramenta para dilatar o entendimento da emergência dessas prescrições para a leitura, recorre-se a um outro manual citado na bibliografia, produzido em Portugal e com circulação no Brasil – *A arte da leitura*, de Mário Gonçalves Viana (1949)⁵, que, além de portar pistas sobre os princípios

4 Publicado em primeira edição em 1948 (BASTOS, 2006).

5 Exemplar doado à autora deste texto pela Prof^a Janice Gonçalves (UDESC), acompanhado da seguinte dedicatória: *Para você, Teresa, o livro que percebi seu*

que fundamentam as propostas de leitura apresentadas por Aquiles Archêro Júnior, oferece indícios sobre as representações relativas ao ato de ler que circularam naquele período.

Os dois manuais em situação de interpretação e estudo são abordados na condição de documento histórico, ou seja, matéria-prima para a interpretação histórica, e, para tal empreendimento, não caberia recompor cenários e supostos ambientes de origem, mas entendê-los e problematizá-los em interação social, qual seja, “o que interessa são os objetos em situação, perceber como eles (os manuais escolares) ganham força e densidade na medida em que estão em determinada situação” (RAMOS, 2010, p. 75); no caso em estudo, em situação de ensino e aprendizagem. As problematizações que governaram a pesquisa buscam rastrear as proposições sobre a leitura feitas por Viana (1949), citadas em universo mais amplo no manual de Archêro Júnior (1955). Tais problematizações estão centradas em questões que envolvem a escolarização da leitura e os tipos de prescrições – propostas pelos autores – relacionadas às práticas de leitura na escola e exemplificadas por excertos de trechos que remetam ao ato de ler.

Os manuais escolares e a escolarização da leitura

A escolarização da leitura, quase sempre conjugada às práticas de escrita, se caracterizou como uma concepção apoiada por pesquisas recentes (SILVA; CORRÊA, 2004, p. 614), para as quais a utilização dos manuais tinha o intuito de justificar a apresentação de prescrições recomendáveis para o professorado no exercício do magistério “como um lugar de construção e circulação de saberes profissionalizantes”.

Considerada como a instituição que recebia, prioritariamente, a incumbência de ensinar a ler e a escrever (ações que constituem aspectos importantes do processo de alfabetização), a escola foi e continua a ser uma conquista importante para a criança, nos seus primeiros anos; e ensinar a ler é, ainda hoje, uma das tarefas mais efetivas a ser cumprida pelos

assim que o encontrei (SP, 09 fevereiro de 2009).

professores. A prática de adotar manuais escolares para instrumentalizar o professor para o ensino dessa habilidade incluía ensinar que a leitura é uma prática simbólica, que envolvia concentração e paciência e exigia um investimento para transformar o *habilitado a ler* em um *leitor efetivo*, tal como propõe, na Introdução, a obra de Viana (1949, p. 6):

Não se trata de (utilizar) manuais pesados e maciços, nem de obras superficiais ou vazias de sentido ideológico, mas sim de pequenos tratados práticos cuidadosamente documentados nos autores mais respeitáveis e escritos com o bom senso e o espírito das realidades humanas e portuguesas de que há sempre mister.

Assim, ensinada e incentivada a leitura pela educação escolarizada, no Brasil da primeira metade do século XX, critérios para o seu ensino se firmam nos manuais escolares, que não se restringiram ao estrito uso pedagógico, mas circularam também em outros espaços (como leituras de lazer e, mesmo, como portadores de leituras com excertos literários, por exemplo) e se constituíram como produtos de grupos sociais que procuravam, por seu intermédio, fazer circular valores, normas, condutas, tradições e representações de uma determinada época (CUNHA, 2011).

Os manuais escolares, na dimensão da história da leitura, embora se constituam em gêneros menores e ainda de pouco reconhecimento social e simbólico, foram investigados por Chartier (2001, p. 77-78), que reconhece um campo de leitura na educação escolar e discute como eles constituem, hoje, uma área de pesquisa em ascensão, pois que se relacionam tanto à história da educação como à história do livro e da leitura:

A partir da alfabetização [...] se chega, ao longo dos séculos XIX e XX, à leitura como acesso à cultura a um mundo de obras [...] porque a alfabetização funcional utiliza como suporte na escola as cartilhas, os silabários, os catecismos - material que mistura uma didática religiosa elementar com a aprendizagem da leitura - enquanto que a abertura da leitura aos valores que a vinculam a uma definição do indivíduo, de uma nação ou de uma cultura, leva a inventar manuais e a enriquecer seus conteúdos. [...] É um tema apaixonante observar como os manuais escolares construíram estes repertórios [de textos], com escolhas e esquecimentos.

Tornar a leitura obrigatória como item curricular foi uma das estratégias mais importantes que a educação escolarizada tomou a si,

desde os finais do século XIX, com a propagação dos manuais, seja para fixar ensinamentos, exercer controle, alimentar o imaginário, divulgar noções científicas, propor métodos pedagógicos e normas de comportamento social; seja, finalmente, para construir alunos leitores e escreventes. Inúmeros trabalhos, no campo da história da educação, têm sido realizados sobre manuais escolares (BASTOS; MORGARO, 2009; CARVALHO, 1998, 2011; CHOPIN, 2002; MORTATTI, 2000; SILVA; CORRÊA, 2004; TREVISAN; PEREIRA, 2011; VIDAL, 1999), com o objetivo de instrumentalizar *cientificamente* as práticas pedagógicas. Assim, afirmam a pedagogia como ciência da educação e legitimam as ideias de educadores/autores que, em vários matizes, apresentam as atividades ligadas à leitura, a fim de traçar uma compreensão mais ampla das razões que governaram sua produção e que reafirmam a escola como um *locus* para aprendizagem desse saber. Para Correia e Peres (2005, p. 197), os manuais ou livros de texto participam da “gramática da escola” e fazem parte do território dos “discursos pedagógicos” e curriculares.

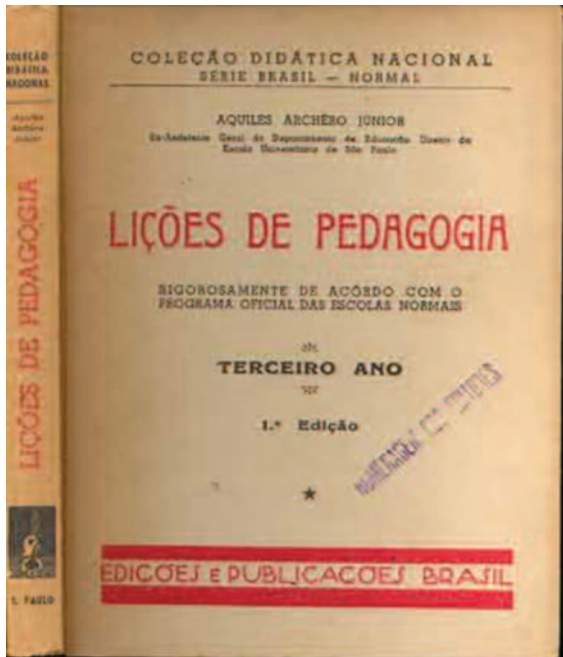
Nessa chave, reafirma-se a intenção de rastrear, nos manuais em análise, prescrições para atividades de leitura presentes neste suporte, que circularam na educação escolarizada, como verdadeiros *modelos* a serem ensinados pelos professores e propostos aos alunos para ler com arte. A recolha de manuais escolares utilizados no Curso Normal e analisados pelos autores deste dossiê foi realizada por pesquisadoras brasileiras e pelo pesquisador português⁶ em arquivos pessoais e institucionais.

O manual de Archêro Júnior

O manual de Aquiles Archêro Júnior tem sua capa reproduzida na Figura 1:

6 Compuseram a equipe responsável por este dossiê os professores Rosa Fátima de Souza Chaloba (UNESP), Vera Teresa Valdemarim (UNESP), Vera Lucia Gaspar da Silva (UDESC), Maria Teresa Santos Cunha (UDESC) e Carlos Manique da Silva (Universidade de Lisboa).

Figura 1. Capa do manual *Lições de Pedagogia*.



Fonte: Acervo pessoal - Profª Vera Lucia Gaspar da Silva.

Apresentado em uma capa sem quaisquer ilustrações, com 214 páginas, este volume para o terceiro ano do Curso Normal, em primeira edição (provavelmente editado entre 1954 e 1955)⁷, dá destaque para o título centralmente localizado, quando ostenta a indicação de que seu conteúdo observa o disposto legal; e tal informação já opera como espaço de significados específicos, os quais legitimam sua intenção de uso.

Na capa da obra, o autor (nascido em 1907, em São Paulo, com formação no campo do Direito) é apresentado como ex-assistente geral

7 O material em análise não apresenta a data de edição, mas os estudos de Bastos e Mogarro já citados anunciam 1948-9 para a edição do primeiro volume. Na contracapa, há propaganda de outros livros do autor, de 1954 e 1955, o que permite inferir ter sido este volume lançado entre 1954 e 1955.

do Departamento de Educação e diretor da Escola Universitária de São Paulo. Na contracapa aparece a relação de outras obras suas publicadas, tais como *Lições de Pedagogia* (1949, 5ª edição), *Lições de Sociologia* (1940), *Lições de Sociologia Educacional* (1936). Conforme estudo efetuado por Bastos (2006) e Bastos e Mogarro (2009), Archêro Júnior é autor de outras obras, como *Dicionário de Sociologia* (1949), *O Ensino de História no Ensino Secundário* (1940), *Lições de História da Educação* (1948), uma produção que evidencia trânsito na área de ciências humanas, notadamente História, Sociologia e Pedagogia.

Se, até as primeiras décadas do século XX, os manuais eram obra de diletantes ou de profissionais escritores, livreiros e impressores, intelectuais e homens de estado, a partir da primeira metade do século XX, eles oferecem um quadro bastante diversificado do *status* e das condições sociais da autoria e da publicação. Nesse período, o que se observa são algumas alterações nos perfis dos autores, que, de diletantes, passaram a profissionais; e, de intelectuais, a professores-autores com formação especializada, e estavam a produzir suas obras no momento em que ocorria um amplo debate a respeito dos privilégios e dos direitos autorais que marcaram, sobretudo, a primeira metade do século XX (VOJNIAK, 2012, p. 105-107).

Desde as páginas iniciais, o manual de Archêro Júnior (1955, p. 2, destaques no original) frisa suas intenções, ao propor: “É na Escola Normal que se preparam os que se destinam à *profissão* de professores primários. É aí que o aluno-mestre adquire a formação *técnico-pedagógica*. Ser *professor*⁸, *portanto*, é ser um *profissional*”.

Escrever um manual, preocupando-se com seu caráter *técnico* e a partir de seu espaço institucional, contribui para projetar o autor, construir legitimação e propiciar uma inserção na racionalidade da cultura moderna. Tais procedimentos caracterizam, em tese, uma luta pela autonomia da atividade docente como uma função utilitária ou pragmática, que “faz parte destes ritos que garantem a legitimidade do que se diz, do que se publica e do que se ensina [...] a partir do local de onde se fala” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2005, p. 5).

8 Expressões em destaque no original, bem como o uso do masculino (professor, aluno-mestre, diretor, etc.), foram mantidas em todas as citações.

O material empírico que sustenta esta interpretação foi escrito na forma de lições exemplares e, ao que tudo indica, tal expediente visava facilitar o exercício docente dos professores, com ênfase em “uma produção de visibilidade de práticas exemplares que punha em cena dispositivos de propagação e implantação de ‘bons moldes’ e de homogeneização das práticas docentes” (CARVALHO, 2011, p. 185) e, dessa maneira, também procurava atender ao disposto na Lei Orgânica do Ensino Normal nº 8.530, de 02 de janeiro de 1946, que estabelecia, entre outras coisas, as disciplinas que comporiam o currículo nacional para o Curso Normal e instituía práticas gerais de atividades de valor educativo, das quais também constava a leitura.

O manual em estudo apresenta-se em 14 lições ou capítulos e, ao final de cada um, há uma súmula (um esquema) do conteúdo apresentado, acompanhada de questões para discussão e de uma lista bibliográfica, onde aparecem arrolados os autores e as obras consultados em cada capítulo. Esse procedimento permite conhecer os diálogos intelectuais que o autor manteve e mostrar aspectos de sua inserção e seu diálogo nacional e internacional.

Além de referenciar suas próprias obras em cada um dos capítulos (“Lições de Sociologia educacional”, “Os grupos sociais e a educação”, “Sugestões sobre um programa mínimo para as classes do 1º grau de acordo com os centros de interesse”), *Lições de Pedagogia* lista um rol de autores que abrange, no plano nacional, nomes como Lourenço Filho (*Introdução ao estudo da Escola Nova*); Anísio Teixeira (*A educação progressiva*); Theobaldo Miranda Santos (*Prática de ensino*); Jônathas Serrano (*Escola Nova*); João Toledo (*Escola brasileira*); Everardo Backheuser (*Manual de Pedagogia moderna*); etc.

Entre os autores estrangeiros, encontram-se referências a nomes consagrados na área, como J. Dewey (*Educação e democracia, vida e educação*); L. Luzuriaga (*Pedagogia*); A. M. Aguayo (*Didática da Escola Nova*); J. Piaget e P. Petersen (*La nueva educación moral*) e o autor português Mário Gonçalves Viana (*Pedagogia geral e a arte da leitura*).

Pode-se considerar que os autores listados como fonte de consulta para a escrita dessa obra vinculam-se, em geral, a um discurso filosófico ligado

à Escola Nova⁹ e associado a uma nova cultura escolar, que valorizava a experiência da criança e propiciava atividades que estimulassem sua criatividade e o incremento de práticas significativas, adequadas às suas necessidades reais. Tal proposição percebeu no manual um dos principais meios de aprendizagem e de formação discente, que, como um *instrumento* pedagógico, foi colocado em circulação pelos professores/ autores, formadores de outros professores. Foram divulgadores de noções científicas; de métodos pedagógicos; de representações de um comportamento social, bem como “depositários de conteúdos educativos com o papel de transmitir às jovens gerações, os saberes, as habilidades os quais, em uma dada área e a um dado momento, foram julgados indispensáveis à sociedade para perpetuar-se” (CHOPIN, 2002, p. 14).

A Tabela 1 lista os autores e o número de vezes que foram referenciados na bibliografia por Aquilino Archêro Júnior:

Lições de Pedagogia, de Aquilino Archêro Júnior, aqui em foco, em seu Capítulo VI (p. 61-78), intitulado “Significado e importância das diferentes disciplinas do currículo da Escola Primária para a formação da personalidade da criança”, destaca as disciplinas obrigatórias no currículo do Ensino Primário e as considera todas como de valor educativo.

Significado e importância das disciplinas do Ensino Primário:

O currículo primário, em seu programa, apresenta as seguintes disciplinas:

leitura, linguagem oral e escrita, aritmética e geometria, geografia e história do Brasil e instrução moral e cívica, ciências físicas e naturais, trabalhos manuais, desenho, caligrafia, canto e ginástica (ARCHÊRO JÚNIOR, 1955, p. 62)

9 A expressão “Escola Nova”, largamente difundida, abriga de modo impreciso diferentes propostas para a renovação escolar, produzidas no século XX. Aqui se consideram as propostas que estavam amparadas em experimentos científicos, tomavam o desenvolvimento infantil como determinante para o processo educativo e a atividade e a experiência como elementos centrais do processo cognitivo (VALDEMARIN, 2010, p. 88).

Tabela 1. Autores presentes no *Manual de Pedagogia*, de Aquilles Archêro Júnior.

Autores na bibliografia do manual Total: 14 lições	Quantidade de referências
ARCHÊRO JÚNIOR, A.	14
GONÇALVES VIANA, M.	8
BACKHEUSER, E.	5
PATRASCOIU, J.	5
LOURENÇO FILHO, M. B.	4
MIRANDA SANTOS, T.	4
DEWEY, J.	4
AGUAYO, A. M.	4
LUZURIAGA, L.	4
TEIXEIRA, A.	3
PIAGET, J.	3
TOLEDO, J.	2
PENTEADO JUNIOR, O.	1
WYNNE, J. P.	1
AVILA, A.	1
MILLOT, A.	1
BACKHEUSER, E.	1
KERSCHENSTEINERSCHULE	1
PINTO, E.	1
ALMEIDA JÚNIOR, A.	1
SERRANO, J.	1
CHASTEAU, L.	1
PAULSEN, F.	1
LAY, W. A.	1
ZAGHETA, J.	1
THORNDIKE e GATES	2
CLAPAREDE, E.	1
ARRUDA, O.	1
PETERSEN, P.	1
Total de referências:	78
Fonte: Elaborado pela autora (2012), com base no próprio livro de Archêro Júnior (1955).	

Com relação à leitura, além de nomeá-la em primeiro lugar quando enumera as disciplinas do currículo do Curso Primário, prescreve textualmente:

Leitura - Acompanha, passo a passo, o aprendizado da linguagem oral. [...]. Os primeiros três anos da atividade escolar são empregados na aquisição de domínio sobre as formas impressas e manuscritas das palavras usuais que, como sons dirigidos aos ouvidos, são já bastante familiares à criança. Vai ela agora familiarizar-se com as novas formas dirigidas aos olhos. O valor da leitura é evidente. Portanto, deve ocupar, na atividade escolar, um lugar de grande relevo para *estudo e lazer*, sem obrigatoriedade de memorização. Os objetivos do ensino da leitura são: dotar a criança da capacidade de ler - em silêncio e em voz alta - com compreensão, rapidez e naturalidade; fixar na mesma hábitos de boa leitura e levá-la a compreender a importância dessa técnica como meio de aperfeiçoamento pessoal e cultural. (ARCHÊRO JÚNIOR, 1955, p. 66, destaque no original)

Archêro Júnior considera a leitura como um instrumento/técnica de estudo, mas também de lazer, que não deve partir da obrigatoriedade de memorização, situação ratificada pelos pressupostos do ensino da leitura sob o método intuitivo desenvolvido por Calkins, que, como nos informa Valdemarin,

...insere-se no esforço de substituir os processos de memorização, elevando a aquisição da leitura ao centro das reflexões educacionais, redefinindo suas etapas, encurtando o período inicial com inovações metodológicas e tornando a compreensão do texto mais importante do que a decifração das letras que compõem as palavras. (VALDEMARIN, 2004, p. 135)

Para fixar na criança “hábitos de boa leitura”, é imprescindível que o professor seja

um bom leitor, que exercite esta prática cotidianamente através de métodos que governem o processo de ensino e que envolvam harmoniosamente traços de iniciativa, de cooperação, de atitude de pesquisa, de experimentação, viva curiosidade, típicas de uma educação integral (ARCHÊRO JÚNIOR, 1955, p. 182-187).

Argumentos e proposições semelhantes também aparecem nos textos do livro *A arte da leitura*, de Mário Gonçalves Viana (1949, p. 5), que considera a leitura como arte e como prática cultural “susceptíveis de servirem às necessidades da pedagogia e da cultura portuguesa caldeadas pela observação direta da vida, pela experiência profissional e pela prática” e que aqui será analisado com o objetivo de apontar possibilidades de uso que Archêro Júnior possa ter feito desse manual específico.

A interpretação desse livro de Mario Gonçalves Viana pretende, ainda que em caráter inicial, apreender, em diálogo com a Antropologia, possíveis ressonâncias¹⁰, materializadas em um universo mais amplo, sob forma de “citação” ou “inspiração”¹¹, na proposta do próprio manual de Archêro Júnior, qual seja, explorar alguns limites da categoria “ressonância” ou, mais precisamente, o seu potencial analítico para o entendimento da possibilidade de transitar analiticamente entre os dois manuais e, com essa ferramenta, iluminar as diversas formas em que foram apresentadas as questões atinentes à leitura.

Como protocolo para essa interpretação, parece ser útil entender uma possível circulação de saberes e ideias sobre a leitura, entre os dois autores contemporâneos; exercitar a capacidade de estabelecer relações entre os textos; e, como autora desta interpretação, criar possibilidades para que o leitor confira algum sentido e intua sobre ressonâncias, no interior de estudos sobre práticas e histórias de livros e leituras.

O manual de Mário Gonçalves Viana

Além do próprio autor de *Lições de Pedagogia* – Aquilles Archêro Júnior –, que é citado em todas as lições (14 vezes) desse manual, o segundo autor ali mais referido, com 8 referências, é Mário Gonçalves Viana, com 6 citações de *Pedagogia Geral* (1948) e 2 citações de *A arte da leitura* (1948), cuja capa a Figura 2 reproduz.

10 Por *ressonância* entende-se a capacidade, o poder de um objeto ou uma proposta atingir um universo mais amplo, para além de suas fronteiras formais, o poder de evocar outros pertencimentos [...] (GREENBLATT, 1991, p. 42-56, apud GONÇALVES, 2005, p. 18-20).

11 Para a análise de textos literários, pode haver processo de ressonância de um determinado texto em outro na forma de “inspiração” ou de “citação”. Ver o artigo “Ressonâncias”, de Antonio Candido (2004, p. 43-51).

Figura 2. Capa do livro *A arte da leitura*.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Mário Gonçalves Viana, professor português nascido em Lisboa em 1900 e falecido em 1977, foi também sociólogo e pedagogo. Licenciado em Direito, foi autor de numerosos trabalhos acerca dos mais variados assuntos: *Elementos de arquivologia e classificação* (1940); *Biografias de figuras nacionais* (1943); *O problema do saber humano* (1945); *A técnica publicitária e a arte de redigir* (1946); *A arte da leitura* (1949); *Psicologia do adolescente* [1949?]; *A Arte de organizar bibliotecas públicas e particulares* (1958); etc. Dirigiu ainda a coleção Biblioteca de Cultura Geral da Editora Figueirinhas, em Portugal, iniciada precisamente pelo volume *A arte de redigir*¹².

12 Informações gerais coligidas no *site* www.memoria-africa.ua.pt. Acesso em: 15 jun. 2012, complementadas por informações retiradas da contracapa do livro *A arte da leitura* (VIANA, 1949).

A obra de Viana circulou amiúde no Brasil, haja vista sua presença atual nas estantes virtuais de compra de livros, em acervos nacionais, como o da Biblioteca Nacional, e em bibliotecas universitárias, como a da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), que contém duas de suas obras. Tais presenças atestam sua circulação em terras brasileiras, ainda que não se tenha notícia de seu uso escolar no Brasil. Não consta ter sido sua obra publicada por editoras brasileiras, mas, principalmente, por editoras portuguesas, como a Editorial Domingos Barreira e a Editora Educação Nacional, de propriedade de Adolfo Machado, na Rua da Almada, n. 125, na cidade do Porto, em Portugal. O livro integra a “Coleção Didáctica”, que também publicou, do mesmo autor, A arte de pensar, A arte de estudar e A educação integral e, como o próprio título anuncia, tem seu público-alvo entre professores e estudantes. Na contracapa desse livro encontram-se os objetivos da coleção, assim apresentados:

Coleção Didáctica

Qualquer das obras desta interessantíssima e útil coleção fornece a todos os estudantes, principalmente aos estudantes e aos autodidactas, os conhecimentos teóricos e práticos indispensáveis para uma orientação segura, progressiva e metódica em qualquer sector da cultura. Os livros da Coleção Didáctica constituem verdadeiros tratados práticos, sendo os respectivos temas versados com proficiência e clareza. (VIANA, 1949).

O livro *A arte da leitura*, citado como referência bibliográfica no manual *Lições de Pedagogia*, tem 232 páginas, não contém lista de referências bibliográficas¹³ e apresenta um índice sinóptico dividido em duas partes, sendo 13 subtítulos na primeira parte e 7 subtítulos compondo a segunda parte, conforme se pode ver na Tabela 2:

13 Não há referências ao final de cada capítulo; entretanto, ao longo das páginas, há citações de autores, em forma de pensamentos e máximas. Os mais citados são: Octávio Domingues, Antero de Quental, Carlyle, Fernão Mendes Pinto, Júlia Lopes de Almeida, Emílio Faguet, Antônio Feliciano de Castilho, Ramalho Ortigão, Gustavo Le Bon, Marden, Pe. Antônio Vieira, Guerra Junqueiro, D. Francisco Manuel de Melo, Montaigne, Rousseau, Santo Tomás de Aquino, etc.

Tabela 2. Títulos dos capítulos do livro *A arte da leitura*, de Mário G. Viana (1949)

PRIMEIRA PARTE/ Títulos	SEGUNDA PARTE / Títulos
I. A leitura dirigida	I. A leitura em voz alta
II. A seleção dos livros	II. A pronúncia e a voz
III. Ler devagar	III. Pausas, respiração e inflexão da voz
IV. Os livros inconvenientes ou perigosos	IV. A leitura dos diversos estilos
V. Os livros recomendáveis	V. A leitura da prosa e do verso
VI. Os livros de estudo e os livros de crítica	VI. Recitação e declamação
VII. Quando e como se deve ler	VII. Conversar
VIII. Ler bem	
IX. Rer e meditar	
X. Ciência pedante ou livresca	
XI. A leitura ao serviço da mulher	
XII. A autodidaxia	
XIII. A organização de uma biblioteca	
Fonte: <i>A arte da leitura</i> , de Mário G. Viana (1949). Acervo da autora	

O caráter prescritivo para a leitura no livro de Mário Gonçalves Viana não se limita apenas ao Capítulo VII da primeira parte, como o título anuncia, mas está presente em todo o volume; e se pauta significativamente em aspectos sobre os hábitos de “boa leitura, da leitura escolar” e sobre a importância da leitura para estudo e divertimento (lazer), prescrições que parecem ter ressoado, por “citação” e “inspiração” no livro de Aquiles Archerio, e estão expressas como:

O professor terá sempre o cuidado de fazer indicações de livros a ler, de maneira metódica e evolutiva, escolhendo, de preferência, livros que satisfaçam a curiosidade da infância e proporcionando-lhes conhecimentos e diversão sadia. (VIANA, 1949, p. 14)

A indicação de obras de ler pelos alunos será, nos primeiros tempos, tanto quanto possível e variada, para que fique com uma apreciável cultura geral. (VIANA, 1949, p. 15)

Ler bem não consiste em soletrar palavras abstraindo das idéias que representam [...] O hábito de ler deve originar o hábito do estudo e tem grande valor educativo porque ensina a procurar e a sentir a beleza verdadeira (VIANA, 1949, p. 183)

Outro aspecto a considerar são as recomendações presentes nos dois manuais para a leitura em voz alta, como um dos objetivos da leitura escolar. Essa orientação outorga um privilégio à voz dentro da atividade leitora e faz desse tipo de leitura uma prática usual, prescrita em manuais e prevista como item programático nas escolas primárias. Mesmo que a prescrição não reverbere automaticamente em prática efetiva, no livro de Viana (1949, p. 151), o tema também merece um capítulo especial, que abre a segunda parte e está expresso nos seguintes termos:

A leitura em voz alta é o necessário complemento da leitura mental. Quem não sabe ler em voz alta [...] não sabe verdadeiramente ler. Quem não pratica, com método e frequência, este gênero de leitura nunca pode falar corretamente, com boa pronúncia e entoação, conforme salientam os pedagogos e higienistas.

Ainda que não haja coincidência explícita e geral de autores consultados ou citados nos dois livros em situação, o sentido dado ao ato de ler obedece a uma força materializada pelos preceitos modeladores propostos, como os que se referem aos valores e aos objetivos da leitura, qualificada como “instrutiva”; “sadia”; “leitura convenientemente dirigida pelos professores”; “leitura em voz alta para educar a voz e sensibilidade”; “leitura para compreender o texto, mais que para decifrar palavras” (VIANA, 1949, p. 26, p. 44, p. 31, p. 184, p. 123), finalizando com um aconselhamento que objetiva fixar uma função modelar que reafirma a escola como um *locus* para aprendizagem de saberes leitores:

Os livros didáticos relêem-se para estudar; os eruditos relêem-se para aprender; as obras meramente literárias, que agradaram, relêem-se para sentir a beleza da Arte, da Vida ou do Bem: os livros de que não se gostou relêem-se para retificar impressões e para sobre essa nova leitura ajuizar a evolução do nosso espírito, sempre inquieto e sequioso de perfeição (VIANA, 1949, p. 92).

A presença desses autores em manuais utilizados nas escolas brasileiras evidencia o trânsito de saberes entre Portugal e Brasil e anuncia como as ideias tiveram circulação por via da produção pedagógica, pela ressonância de um repertório de modelos e prescrições que contribuíram para formar gerações de professores. Apesar das diferenças nas posições da época sobre

o ensino da leitura e embora não houvesse garantias de que as prescrições fossem efetivamente praticadas, podem-se considerar, também, uma linha de continuidade que evidenciava um conjunto de regras; um corpo de proposições, de definições, de instrumentos, que deu uma dimensão metodológica à leitura escolar no período.

Considerações finais: palavras móveis

O que era um livro? Folhas em branco salpicadas de palavras pretas... elas se movem, se alternam, se arrumam. (CARRERO, 2005, p. 25-26)

Folhear, hoje, esses livros amarelados pela passagem do tempo e manchados pelo manuseio permitiu o confronto com atividades que se voltam para o processo de aprendizagem da leitura, como aquelas feitas em voz alta ou em silêncio ou aquelas feitas para o entretenimento ou para estudo, que são marcas da escola; e propiciou, igualmente, identificar um período em que ainda se perseguia a ideia de uma escola em bases humanistas – para aprimorar o espírito.

Conhecer mais sobre os manuais escolares em circulação nas escolas é também compreender como o Estado fez da leitura um saber escolar e como a ressignificou, a ponto de a escola assumir a responsabilidade de formação de leitores e leitoras. A escolarização da leitura, a forma como se deveria ler, para que finalidade ler são perguntas que se procurou responder na chave de uma história da educação e da leitura, no momento em que os manuais passaram a ocupar um importante lugar na educação escolarizada, contribuindo também para a normatização da vida profissional e cotidiana, já que integravam os currículos oficiais para a formação de professores(as) nas Escolas Normais no Brasil e em Portugal.

No manual *Lições de Pedagogia*, de Aquilles Archêro Júnior, percebe-se que o ensino da leitura se faz presente diretamente vinculado às disciplinas Pedagogia, Didática, Prática de Ensino e Metodologia, uma vez que, nos cursos de formação de professores, não havia uma disciplina que contemplasse esse ensino especificamente, pois que a leitura estava presente nos currículos do Curso Normal como valor educativo. Assim, pode-se dizer que esse

manual de ensino apresentava capítulos com prescrições específicas relativas à leitura, para formar o professor que alfabetizava e aquele que atuava na docência do então chamado Ensino Primário.

A análise do livro *A arte da leitura*, de Mário Gonçalves Viana, citado por Archêro Júnior, permitiu detectar prescrições para a leitura por uma série de correlações (leitura silenciosa, oral, instrutiva, proibida, em prosa e verso, etc.); e encontrar ressonâncias de modelos pedagógicos para a leitura, também registrados por Archêro Júnior, e que se impuseram a nossos olhos pela sua similitude.

Pelo governo da mão e da postura do corpo, como alimento ao cérebro, e criando sensibilidades para que os sentidos transmitidos adquirissem a cultura da imaginação e do coração, a atividade intelectual da leitura, nos manuais estudados, esteve ligada à profissionalização do professor. Atualmente musealizados, esses objetos integrantes da cultura material da escola assumem a condição de *objetos históricos*, que ganham forma e densidade na medida em que estão em determinada situação: são testemunhos de um tempo, de uma forma de propor ações educacionais, de divulgar repertórios de modelos pedagógicos que transitaram em palavras móveis, a estabelecer ressonâncias entre os espaços: nacional (Brasil) e internacional (Portugal). Seu estudo relaciona-se a “uma história que está inscrita no quadro da evolução das práticas e políticas educativas, tal como está inscrito com uma grande especificidade no quadro da história do livro e da leitura” (CASTRO; MAGALHÃES, 2005, p. 152).

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. De amadores a desapaixonados: eruditos e intelectuais como distintas figuras de sujeito do conhecimento no Ocidente. *Trajeto*s, Fortaleza, v. 03, n. 06, p. 43-66, 2005.

ARCHÊRO JÚNIOR, A. *Lições de Pedagogia*. Para uso nas escolas Normais. Terceiro Ano. São Paulo: Edições e Publicações Brasil, 1955.

BASTOS, M. H. C. Uma biografia dos manuais de história da educação adotados no Brasil (1860-1950). In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6., 2006, Uberlândia. *Anais...* Uberlândia: EdUFU, 2006. v. 1.

BASTOS, M. H. C.; MOGARRO, M. J. Manuais de História da Educação em Portugal e Brasil (segunda metade do século XIX - primeira metade do século XX). In: ARAÚJO, M. M. (Org.). *História(s) comparada(s) da Educação*. 1. ed. Brasília: Liber Livro, 2009. v. 1, p. 241-283.

CANDIDO, A. Ressonâncias. In: CANDIDO, A. *O albatroz e o chinês: ensaios sobre literatura*. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2004. p. 43-51.

CARRERO, R. Tantas pernas. In: CASA da Palavra. *Dentro de um livro/contos*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005. p. 23-30.

CARVALHO, M. A Escola Nova e o impresso: um estudo sobre estratégias editoriais de difusão do escolanovismo no Brasil. In: FARIA FILHO, L. M. (Org.). *Modos de ler, formas de escrever – estudos de história da leitura e da escrita no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998. p. 65-86.

CARVALHO, M. Pedagogia moderna, pedagogia da Escola Nova e modelo escolar paulista. In: CARVALHO, M. M. C.; PINTASSILGO, J. (Org.). *Modelos culturais, saberes pedagógicos, instituições educacionais: Portugal e Brasil, histórias conectadas*. São Paulo: EdUSP; FAPESP, 2011. p. 185-214.

CASTRO, R. V.; MAGALHÃES, J. Entre a lei e o mercado. Aspectos da existência do manual escolar em Portugal, no século XX. In: GUEREÑA, J.-L.; OSSEMBACH, G.; POZO, M. M. (Org.). *Manuales escolares en España, Portugal y América Latina (siglos XIX y XX)*. Madrid: UNED, 2005. p. 136-153.

CHARTIER, R. A visão do historiador modernista. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 215-218.

CHARTIER, R. *Cultura escrita, literatura e história*. Porto Alegre: Artmed, 2001.

CHOPIN, A. O historiador e o livro escolar. *História da Educação*, Pelotas, v. 6, n. 11, p. 5-24, abr. 2002.

CORREIA, A. C. L.; PERES, E. Aprender a ser professor a través de los libros: representación profesional, currículo escolar y modelos de aprendizaje en los manuales de pedagogía y didáctica para la formación de profesores de enseñanza primaria en Portugal (1870-1950). In: GUEREÑA, J.-L.; OSSEMBACH, G.; POZO, M. M. (Org.). *Manuales escolares en España, Portugal y América Latina (siglos XIX y XX)*. Madrid: UNED, 2005. p. 195-213.

CUNHA, M. T. S. Das mãos do autor aos olhos do leitor. Um estudo sobre livros escolares: A Série de Leitura Graduada Pedrinho, de Lourenço Filho (1950-1970). *Revista História*, São Paulo, v. 30, p. 12-32, 2011.

ESCOLANO, A. B. El libro escolar como espacio de memória. In: OSSEMBACH, G.; SOMOZA, M. (Org.). *Los manuales escolares como fuente para la Historia de la Educación en América Latina*. Madrid: UNED, 2001. p. 35-46.

GALVÃO, A. M. O.; BATISTA, A. A. G. Manuais escolares e pesquisa em História. In: VEIGA, C. G.; FONSECA, T. N. L. (Org.). *História e Historiografia da Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 161-188.

GASPAR DA SILVA, V. L.; PETRY, M. G. (Org.). *Objetos da escola: espaços e lugares de constituição de uma cultura material escolar* (Santa Catarina – séculos XIX e XX). Florianópolis: Insular, 2011.

GONÇALVES, J. R. S. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônio. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 15-36, jan./jun. 2005.

GREENBLATT, S. Ressonance and wonder. In: KARP, I.; LAVINE, S. L. (Ed.). *Exhibiting cultures: the poetics and politics of museums display*. Washington: Smithsonian Institution Press, 1991. p. 42-56.

MAGALHÃES, J. P. Escrita escolar e oficialização da escola portuguesa. In: CASTILLO GOMEZ, A.; SIERRA BLAS, V. *Mis primeros pasos. Alfabetización, escuela y usos cotidianos de la escritura* (siglos XIX y XX). Madrid: Ediciones Trea, 2008. p. 19-40.

MORTATTI, M. R. L. *Os sentidos da alfabetização*: São Paulo/1876-1994. 1. ed. 2. reimp. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

NÓVOA, A. *História da Educação*. Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, 1994.

RAMOS, F. R. L. As utilidades do passado na biografia dos objetos. In: GUIMARÃES, M. L. S.; RAMOS, F. R. L. (Org.). *Futuro do Pretérito*. Escrita da história e história do museu. Fortaleza: Instituto Frei Tito Alencar; Expressão Gráfica e Editora, 2010.

SILVA, V. B.; CORREIA, A. C. L. Saberes em viagem nos manuais pedagógicos (Portugal – Brasil). *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 34, p. 613-632, set./dez. 2004. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742004000300006>

TREVISAN, T. A.; PEREIRA, B. C. Manuais de ensino franceses e brasileiros para o ensino da leitura e escrita no Brasil (1851-1966). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6., 2011, Vitória. *Anais...* Vitória, 2011. p. 1-15.

VALDEMARIN, V. T. *Estudando as lições de coisas*. Campinas: Autores Associados, 2004.

VALDEMARIN, V. T. *História dos métodos e materiais de ensino: a escola e seus modos de uso*. São Paulo: Cortez, 2010. (Biblioteca básica da história da educação brasileira, v. 6).

VALDEMARIN, V. T. Lições de coisas: concepção científica e projeto modernizador para a sociedade. *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 52, p. 74-87, 2000.

VIANA, M. G. *A arte da leitura*. Porto: Editora Educação Nacional, 1949.

VIDAL, D. G. Livros por toda parte: o ensino ativo e a racionalização da leitura nos anos 1920 e 1930 no Brasil. In: ABREU, M. (Org.) *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado de Letras; Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 1999. p. 335-355.

VOJNIAK, F. *A República das Primeiras Letras: uma história da institucionalização da cartilha de alfabetização no século XIX*. 2012. Tese (Doutorado)-Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

Endereço para correspondência
Maria Teresa Santos Cunha
Rua Professor Marcos Cardoso Filho, 108
Florianópolis - SC
CEP 88037-040
E-mail: mariatsc@gmail.com

Recebido em: 22 abr. 2013

Aprovado em: 23 set. 2013